

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Estado de S. Paulo

[Título: Governo pode importar mais energia](#)..... 3

Valor Econômico

[Título: TCU vê jogo duplo em leilão da Cemig](#) 13

[Título: É preciso ter uma estatal de aeroportos](#) 19

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Ternium conclui compra da CSA por R\$ 5,2 bilhões	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	3
Título: Governo pode importar mais energia.....	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Fazemos carros, compramos gasolina	4
Título: BMW se prepara para produção em massa de carros elétricos até 2020.....	6
Título: Hidrelétrica provocou adaptações evolutivas em lagartixas do cerrado	7
VEÍCULO: Correio Braziliense	10
Título: Alta dos combustíveis pode pesar na inflação.....	10
Título: CEB contesta	12

VEÍCULO: Valor Econômico	13
Título: Destaques	13
Título: TCU vê jogo duplo em leilão da Cemig	13
Título: Furnas atrasa plano e inviabiliza novos parques geradores no CE	15
Título: Vale cria mecanismo para se proteger de risco de oferta hostil	16
Título: Petrobras quer fazer IPO da BR até o fim do ano	18
Título: É preciso ter uma estatal de aeroportos	19
Título: Uma janela para reformar a Previdência	22

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Glauce Cavalcanti

Título: Ternium conclui compra da CSA por R\$ 5,2 bilhões

Produção será destinada a EUA, México e Argentina

A Ternium, maior produtora de aço da América Latina e sócia da Usiminas, concluiu ontem a aquisição da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) da alemã Thyssenkrupp. Com o fechamento da transação de € 1,4 bilhão (o equivalente a R\$ 5,2 bilhões), anunciada em fevereiro, a CSA muda de nome, passando a se chamar Ternium Brasil. Marcelo Chara, antes diretor industrial da Ternium Argentina, assume a presidência da empresa. Os demais executivos e funcionários serão mantidos. “Após a integração, os clientes da Ternium não só se beneficiarão do aumento da nossa capacidade de produção de placas de aço high-end, mas também verão os resultados de nossos esforços em desenvolvimento de produtos e no gerenciamento da cadeia de abastecimento”, disse Daniel Novegil, presidente da Ternium, em comunicado. Na última quarta-feira, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) negou recurso apresentado pela CSN e aprovou, sem restrição, a compra da CSA pela Ternium, empresa ítalo-argentina.

CSA QUITA DÍVIDA COM O BNDES

Em fevereiro, a previsão da Ternium era desembolsar € 1,26 bilhão com a operação, então avaliada em € 1,5 bilhão, descontando uma dívida equivalente a € 300 milhões com o BNDES, além de avaliação e ajustes acordados previamente, em setembro de 2016. A multinacional, porém, decidiu concentrar a captação de financiamento da operação no exterior, tomando empréstimo de US\$ 1,5 bilhão de um sindicato de bancos por cinco anos. Com isso, a Thyssenkrupp quitou o empréstimo com o BNDES antecipadamente. E o negócio foi concluído com o desembolso de € 1,4 bilhão pela Ternium, sem caixa e sem dívida. A Thyssenkrupp diz que a operação reduzirá o endividamento do grupo, sem precisar em quanto. No último trimestre divulgado, a dívida da companhia bateu € 6,3 bilhões.

Inaugurada em 2010 e com investimento de US\$ 8,2 bilhões, a empresa enfrentou polêmicas trabalhistas, como importação de mão de obra chinesa durante a construção, e ambientais, resultando em multas. Ano passado, a Vale se desfez de sua participação por valor simbólico para a Thyssenkrupp, mas, desde então, já se esperava que a alemã vendesse parte da ou toda a usina. O acordo de fornecimento de dois milhões de toneladas de placas de aço por ano pela CSA (agora Ternium) para a Calvert, nos EUA, foi mantido. A Calvert, fábrica de laminados de aço no Alabama pertencia à Thyssenkrupp e foi vendida para Arcelor- Mittal e Nippon Steel em 2014. A produção da fábrica em Santa Cruz alcançou 4,8 milhões de toneladas de placas ao ano, perto da capacidade total, de 5 milhões. A produção excedente ao contrato com a Calvert vai abastecer as usinas da Ternium no México e na Argentina.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Governo pode importar mais energia

O governo cogita aumentar o volume de importação de energia de países vizinhos como Argentina e Uruguai. O motivo é a previsão de chuvas para os próximos meses na Região Centro-Oeste, que deve ficar abaixo da média histórica. As principais bacias hidrográficas do País se concentram nessa região e abastecem reservatórios de diversas usinas hidrelétricas. Outras ações em análise são a adoção de medidas de incentivo ao uso racional de energia e aumento dos limites de transferência de energia entre as regiões.

O Ministério de Minas e Energia reitera que o abastecimento está garantido, ainda que seja necessário acionar usinas que gerem energia mais cara. Em nota, o governo reiterou que a importação, se realizada, será feita a “preços competitivos”. A decisão será tomada em duas semanas, em reunião extraordinária do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, órgão presidido

pelo MME. Se a medida for aprovada, o volume de energia importada ser definido semanalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com base na oferta e no preço declarados pela Eletrobrás.

“A importação de energia só ocorrerá se o preço oferta do pela Eletrobrás, agente responsável pela importação, for menor que o custo marginal de operação, ou seja, se a energia a ser importada estiver mais barata que a disponível no Sistema Interligado Nacional (SIN), buscando sempre obter modicidade tarifária”, informou o MME.

A nota ressalta a possibilidade de atraso no início do próximo período chuvoso, normalmente em novembro, em razão da previsão de chuvas abaixo da média no Centro-Oeste. Além disso, as chuvas na Região Sul estão inferiores à média, o que levou à necessidade de transferência de energia advinda das Regiões Sudeste e Centro-Oeste. Segundo o governo, o risco de desabastecimento de energia neste ano é de 0,1% para Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste.

Em agosto, as chuvas ficaram abaixo da média histórica em todas as regiões. No Sudeste/Centro-Oeste ficaram em 86% da média histórica; no Norte, em 58%; no Sul, em 51%; e no Nordeste, em 31%. Com isso, o nível dos reservatórios em agosto atingiu 56,7% no Sul, 51,5% no Norte, 32,5% no Sudeste/Centro-Oeste e 12,5% no Nordeste.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Colunistas

Autor: Vinicius Torres Freire

Título: Fazemos carros, compramos gasolina

É DIFÍCIL desviar a atenção enojada das malas dos R\$ 51 milhões, das cafajestadas de Joesley Batista e das últimas notícias das megapiratarías dos Quadrilhões que se aboletaram nos governos. Mas vamos tentar.

Há algumas pequenas boas notícias por aí, no mundo real de quem trabalha, melhoras em vários setores da economia, que continuaram em agosto. Há algumas esquisitices também. Por exemplo, o Brasil que agora compra mais carros fabrica cada vez menos combustíveis, o que derruba a média de produção da indústria, que se recupera ainda aos tropeços.

MONTADORAS LIDERAM

Alguns setores da economia saem do buraco, sujos de lama e alquebrados, mas saem.

Soube-se nesta semana que a produção de automóveis subiu 25% neste ano (na comparação com os sete primeiros meses de 2016). As vendas de automóveis nacionais (exportações mais mercado doméstico) cresceram 19%.

As exportações de veículos tiram as montadoras do buraco até com certa rapidez.

A recuperação da indústria automobilística por ora carrega nas costas a melhora tímida da indústria de transformação, que voltou ao azul clarinho, quase desbotado, crescendo 0,2% até julho (o que não ocorria desde 2013).

O outro "pedaço" da indústria, a extrativa (basicamente ferro, petróleo e gás), com 11% do conjunto da produção industrial, cresceu 5,2%.

A de veículos (10% do total) cresceu sozinha 11% no ano. Observe-se que a essencial e grande indústria de produtos alimentícios (14% do total) ainda cai, 0,6%, um espanto.

COMBUSTÍVEIS SEM FOGO

A construção civil, que ainda demite e encolhe em ritmo de depressão, impede a recuperação de outros setores, como já se disse por aqui e alhures tantas vezes.

Esquisito mesmo é o colapso do que o IBGE chama de "Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis", no grosso a fabricação de combustíveis e lubrificantes.

O setor ainda despenca 7,1% no ano (lembre-se: a indústria de transformação na média cresceu 0,2% neste 2017). É um setor enorme, do tamanho da indústria de veículos. Tem peso bastante para puxar a produção industrial para baixo.

Uma olhada nas estatísticas da Agência Nacional do Petróleo mostra que a venda de combustíveis derivados de petróleo baixou menos de 0,5% no ano. Mas a produção caiu em torno de 6,5%, seja de derivados em geral ou de combustíveis.

A importação de derivados de petróleo aumentou 29%, bidu. Desconte-se que o ano passado foi fraco de importações. Mesmo assim, em relação a 2013, ano de pico de compras de derivados no exterior, o aumento é ainda de 14%. Fabricamos mais carros, mas importamos a gasolina, por assim dizer.

É possível que a nova política de preços da Petrobras, com preços alinhados (ou mais que isso) aos do mercado internacional, tenha favorecido a importação.

Pode ser que exista importador vendendo combustível barato demais.

Capacidade de produção, em tese, não falta. O preço da produção estaria tão ruim? Pouco competitivo? Ineficaz, em suma? Uma pergunta para a volta do feriadão.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: BMW se prepara para produção em massa de carros elétricos até 2020

A BMW está se preparando para produzir carros elétricos em massa até 2020 e terá 12 modelos diferentes até 2025, anunciou a montadora alemã na quinta-feira (7), em meio à corrida dos fabricantes tradicionais para recuperar o atraso em relação à Tesla, pioneira do carro elétrico dos EUA.

Os compradores de automóveis evitavam veículos elétricos por causa de seu alto custo e autonomia limitada até Tesla revelar o Modelo S em 2012, um carro que quebrou a barreira de 322 km com uma única carga.

Desde então, grandes avanços em tecnologia de bateria e uma repressão global à poluição na sequência do escândalo da emissão de poluentes dos carros a diesel da Volkswagen aumentaram a pressão sobre os fabricantes de automóveis para acelerar o desenvolvimento de alternativas de emissão zero.

A BMW, que lançou o carro elétrico i3 em 2013, disse que agora está preparando suas fábricas para produzir carros elétricos em massa em 2020, se a demanda por veículos com bateria decolar.

"Até 2025, vamos oferecer 25 veículos eletrificados –12 serão totalmente elétricos", disse o presidente-executivo Harald Krueger a jornalistas em Munique, acrescentando que os carros elétricos teriam uma autonomia de até 700 km.

Isso marca um incursão em eletrificação significativa por uma importante montadora. A BMW, que inclui as marcas Mini e Rolls-Royce e vendeu 2,34 milhões de carros no ano passado, anunciou a mudança no dia em que o rival menor Jaguar disse que ofereceria variantes elétricas ou híbridas de todos os seus modelos até 2020.

Compartilhar

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Ciência****Autor: REINALDO JOSÉ LOPES COLABORAÇÃO PARA A FOLHA****Título: Hidrelétrica provocou adaptações evolutivas em lagartixas do cerrado**

A construção de uma usina hidrelétrica no norte de Goiás acabou transformando o cerrado da região num laboratório evolutivo a céu aberto. Nas várias ilhas que se formaram por causa do enchimento da barragem em 1998, lagartixas da região passaram por uma transformação-relâmpago de hábitos e aparência operada pela seleção natural, segundo mostra um novo estudo.

Em menos de 15 anos, as populações de lagartixas da espécie *Gymnodactylus amarali*, isoladas pelas águas da usina da serra da Mesa, habituaram-se a capturar presas maiores e desenvolveram também cabeças mais avantajadas que as de suas primas que ficaram no "continente" (para ser mais exato, nas terras em volta da represa, é claro).

O mais interessante é que esse processo aconteceu de forma similar e independente em cinco ilhas diferentes do reservatório, como se cada subgrupo dos bichos reagisse de forma similar às mudanças em seu ambiente.

"Isso reforça a ideia de que há uma certa previsibilidade nesses processos, como já foi visto em outras situações semelhantes", disse à Folha o biólogo Reuber Albuquerque Brandão, da UnB (Universidade de Brasília), que é um dos autores da pesquisa. A análise, que tem como primeira autora Mariana Eloy de Amorim, também da UnB, acaba de ser publicada na revista especializada "PNAS", da Academia de Ciências dos EUA.

LISTA NEGRA

Brandão explica que conhece a área da usina, no município de Minaçu (GO), desde o começo dos anos 1990, e que começou a realizar trabalhos mais sistemáticos na região quando o reservatório começou a se encher.

Conforme as águas do rio Tocantins iam subindo e engolindo 170 mil hectares de vales, crescia também a expectativa para entender o que aconteceria com as espécies que ficassem isoladas pela água.

Ao longo do século passado, vários estudos importantes vinham mostrando que existe uma relação estreita entre o tamanho de ilhas - como as que iam ser criadas pelo reservatório - e a diversidade de seres vivos que elas abrigam. Em geral, quando o isolamento ocorre, há também um empobrecimento da

diversidade original de seres vivos em cada nova ilha. Ao mesmo tempo, certas espécies podem sair ganhando.

Em situações normais, a *G. amarali*, que se alimenta de cupins e inclusive costuma se abrigar dentro de cupinzeiros, precisa aguentar a concorrência de diversas espécies maiores de répteis (conhecidos popularmente como calangos na região). Com o surgimento das quase 300 ilhas do reservatório, muitas delas perderam os seus répteis de porte mais avantajado, enquanto as lagartixas continuaram comendo seus cupins até hoje.

Mas não do mesmo jeito, porém: quando comparadas com as suas parentas de áreas vizinhas do reservatório, as lagartixas das ilhas tinham cabeças maiores – em média, 10,2 mm versus 9,8 mm, respectivamente.

A questão, porém, não é só a média geral, mas o cenário em cada população: em todas as cinco ilhas, a cabeça dos bichos é proporcionalmente maior do que em cinco populações da espécie fora da represa, e não há indícios de que essa diferença existisse antes da construção da usina.

Por que a seleção natural favoreceria a reprodução das lagartixas mais cabeçudas nas ilhas? Provavelmente para comer cupins maiores e mais nutritivos, disponíveis agora que os calangos não disputavam mais esse recurso com os bichos sobreviventes. Com efeito, análises do conteúdo estomacal das lagartixas revelaram que, nas ilhas, o cardápio apreciado era mais generoso - cupins com tamanho médio de 4,93 mm contra insetos de 4,23 mm fora da barragem.

"A cabeça maior não é importante só porque permite que o animal tenha uma boca maior, mas também porque aumenta a força da mordida", explica Brandão. É que, entre as muitas espécies de cupins nativas do cerrado, há insetos particularmente duros de matar, cujos soldados possuem mandíbulas possantes e difíceis de enfrentar por parte de uma lagartixa de tamanho modesto –daí a utilidade de uma cabeça mais robusta.

Como cada geração de lagartixas da espécie dura mais ou menos um ano, e o efeito foi observado 15 anos após o enchimento do reservatório, estamos falando de uma alteração evolutiva significativa no equivalente a "apenas" 375 anos em termos humanos (assumindo que uma geração da nossa espécie equivale a uns 25 anos).

Brandão conta que o plano é continuar a estudar os efeitos evolutivos da hidrelétrica - se houver verba, é claro. "No cenário atual, isso seria quase um milagre", diz ele, lamentando os cortes profundos no financiamento à pesquisa no país.

"É uma pena, porque esse trabalho mostra que temos cientistas criativos que conseguem fazer um trabalho de nível internacional em colaboração com cientistas de renome", argumenta, citando a parceria da equipe com Thomas Schoener, da Universidade da Califórnia em Davis, nome importante da área que também assina o trabalho.

-

DARWIN CURTIU ISSO

Entenda a evolução "em tempo real" das lagartixas do cerrado

1. HIDRELÉTRICA

No final dos anos 1990, a construção da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa, na bacia do Alto Tocantins, inundou uma área de 170 mil hectares de cerrado, formando quase 300 ilhas

2. ILHAS

Os animais que viviam nessas ilhas ficaram isolados de seus parentes nas margens da represa, com uma área mais restrita para sobreviver. Isso produziu uma série de "experimentos": quais espécies iriam sobreviver no ambiente alterado? Quais poderiam se transformar para se adaptar?

3. ADAPTAÇÃO

Ao comparar os bichos das ilhas com os do "continente", os pesquisadores perceberam que vários répteis de maior porte desapareceram, enquanto as lagartixas da espécie *Gymnodactylus amarali*, que se alimentam de cupins e vivem dentro de cupinzeiros, prosperaram – e se modificaram

4. CABEÇA

Em apenas 15 anos, os bichos passaram a capturar presas maiores e desenvolveram cabeças de porte maior também (que facilitam a captura dessas presas). O mais interessante é que a mudança aconteceu de forma independente, e da mesma maneira, em cinco ilhas diferentes do reservatório – o que não aconteceu na terra firme fora dele. É um sinal forte de que a seleção natural está regendo essas transformações

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: Alessandra Azevedo****Título: Alta dos combustíveis pode pesar na inflação**

Os recentes reajustes de combustíveis promovidos pela Petrobras podem ser danosos à economia. Somente nos primeiros dias de setembro, a estatal autorizou aumento de 10,2% da gasolina e de 5,3% do óleo diesel. Na quarta-feira, anunciou redução de 3,8% na gasolina, mas nova alta, de 0,7% para o diesel. Para os consumidores, o efeito dessas variações de preços, aplicadas nas refinarias, tem sido constantes elevações do valor cobrado nas bombas dos postos.

Mas o pior ainda pode estar por vir. Cálculos do chefe interino da Divisão Econômica da Confederação Nacional do Comércio de Bens e Serviços (CNC), Fábio Bentes, feitos com base nos reajustes anteriores ao de quarta-feira, apontam que o repasse integral da correção nas refinarias para as bombas jogaria um peso de 1,1 ponto percentual sobre a inflação nos próximos 12 meses.

A mediana das expectativas de analistas consultados semanalmente pelo Banco Central (BC) aponta para um Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 4,4% em setembro de 2018. Isso significa que, em caso da transferência integral dos reajustes, a inflação subiria para 5,5%. A explicação para isso, segundo Bentes, está no efeito de contaminação do aumento de gasolina e diesel sobre a cadeia de custos de bens e serviços, já que a distribuição de produtos no varejo é baseada predominantemente em caminhões e veículos abastecidos por diesel ou gasolina.

Ainda que os agentes econômicos repassem ao consumidor apenas metade do impacto previsto por Bentes, o IPCA atingiria 5% no acumulado em 12 meses até setembro do próximo ano, patamar acima do centro da meta estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

O efeito de contaminação dos combustíveis sobre o IPCA, no entanto, não é imediato, mas gradual. “Dura, em média, dois ou três meses”, afirmou Bentes. Em algumas classes de despesas, porém, o impacto leva mais tempo, como no grupo de alimentação e bebidas. Nessa categoria, a disseminação demora quatro meses. O que é um alento, uma vez que a queda de preços dos alimentos tem ajudado a desacelerar o custo de vida e, consequentemente, a dar mais poder de compra às famílias.

Em contrapartida, o impacto sobre os transportes é imediato. O contágio, no entanto, tem um comportamento diferente. “A contaminação é forte no primeiro mês, depois vai perdendo força gradualmente”, explicou o economista.

Tributos

O impacto da alta dos combustíveis no grupo de transportes foi observado no último resultado do IPCA, após o governo federal aumentar a alíquota de PIS/Cofins, em julho. Em agosto, a inflação dessa categoria de despesas subiu 6,67% em relação ao mês anterior. Foi a maior alta desde fevereiro de 2015, quando os custos com o grupo avançaram 7,95%. Naquela época, sob a Presidência de Dilma Rousseff, o impacto foi causado pelo reajuste da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). Em março de 2015, os custos com combustíveis avançaram 1,08%.

No atual cenário, o mesmo efeito não pode ser descartado, avalia Bentes. “Não vai ser o aumento de combustível que vai comprometer a inflação baixa de alimentos e bebidas nos próximos três meses. Mas, na virada de dezembro para janeiro, devemos ver algum efeito maior sobre esse grupo”, destacou. A estimativa é de que os reajustes acumulados em setembro se unam ao impacto do aumento de PIS/Cofins e pressionem os preços dos alimentos no início de 2018.

Furacão Harvey

Apesar das expectativas de contaminação de preços, o impacto inflacionário dos reajustes autorizados pela Petrobras podem ser amenizados. É o que avalia o analista de inflação da Rosenberg Associados, Leonardo Costa. Ele reconhece que há risco de que os preços dos combustíveis subam mais no mercado externo, devido a prejuízos na produção do petróleo nos Estados Unidos, em decorrência do Furacão Harvey. Mas avalia que o efeito será diluído até o fim do mês.

“Pelo menos no mercado internacional, os preços estão se normalizando. Acho que deve ser um efeito que vai, mas volta rápido”, avaliou. A depender de uma amenização dos valores do barril de petróleo no exterior, é possível que a Petrobras autorize novas reduções no preço dos combustíveis nas refinarias.

Com o preço da gasolina nas alturas, superando os R\$ 4, em Brasília, muitos consumidores esperam que essa redução ocorra logo. Para o vendedor Ademilson Melo, 43 anos, seria, ao menos, um alívio no orçamento. “Estou trabalhando para pagar gasolina. Se o litro continuar caro do jeito que está, vou

começar a ir para o trabalho de ônibus, para economizar”, disse. O segurança Isaias Cruz, 29, reclama da oscilação que o país vive. “Está deixando todo mundo perdido, sem saber o que fazer. Se o preço da gasolina aumentar ainda mais, terei que trocar o carro pela moto”, lamentou.

10,2%

]Aumento dos preços da gasolina autorizados pela estatal antes da correção de quarta-feira

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: OPINIÃO

Autor:

Título: CEB contesta

>> **Sr. Redator**

informação

Em relação à nota “Eficiência Energética”, na coluna Correio Econômico (6/9), a CEB esclarece:

“A CEB Distribuição S/A contesta as informações contidas na nota “Eficiência Energética”, assinada pelo jornalista Antônio Temóteo na edição da quarta-feira, 6 de setembro, do jornal Correio Braziliense:

a) Os indicadores de qualidade e continuidade do fornecimento de energia elétrica para os moradores do Distrito Federal estão abaixo dos limites estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e declinando mês a mês.

b) Se o cliente Dataprev constatou, em 2016, 55 incidentes, e se os mesmos estão relacionados à rede de distribuição de energia, não comunicou em nenhum momento para a CEB, a fim de que a empresa pudesse realizar as manutenções necessárias;

c) Em levantamento realizado pela CEB, não há nenhuma reclamação em nosso call center em 2016 para a unidade consumidora.

d) O fornecimento de energia para o Dataprev é realizado por três circuitos

alimentadores subterrâneos em paralelo. Significa que, para faltar energia no local, é necessário que os três circuitos sejam interrompidos simultaneamente; e) Em relação a demandas do INSS, no dia 1º de setembro de 2017, portanto, sexta-feira passada, a CEB recebeu ofício nº 71/SERLLC/DIVOFL/SR-V/INSS informando sobre oscilações de energia na sede da Superintendência Regional Norte/Centro-Oeste do INSS ocorrida no mês de agosto de 2017. Técnicos da CEB estão atuando para verificar se o problema está associado à rede de energia da CEB ou se é interno do cliente”.

» Assessoria de Imprensa
CEB Distribuição S/A

VEÍCULO:	Valor Econômico
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

Ternium assume a ex-CSA

A Ternium, siderúrgica de aços planos e longos do grupo ítalo-argentino Techint, anunciou ontem a conclusão da compra da CSA Cia. Siderúrgica do Atlântico, que era controlada pelo conglomerado alemão Thyssenkrupp. O negócio, anunciado em fevereiro, teve fechamento final de € 1,4 bilhão, sem caixa e sem dívida - quitada integralmente pela Thyssen, no valor de € 300 milhões (R\$ 1,1 bilhão) com o BNDES. Na transação, o grupo alemão transferiu ao novo dono contrato de fornecimento de 2 milhões de toneladas ao ano de placas com a laminadora de Calvert, no Alabama (EUA). Com a CSA, a Ternium monta uma plataforma de produção em aços planos que envolve Argentina, Brasil e México. Também é sócia da Usiminas. Com a aquisição, aprovada no Cade, desde ontem assumiu a gestão da ex-CSA, que agora passa a se chamar Ternium Brasil Ltda. Marcelo Chara, ex-diretor industrial da Usiminas e que ocupava o mesmo cargo na Ternium Argentina, foi nomeado presidente. Segundo a empresa, os diretores industrial, financeiro, de RH e institucional e jurídico da CSA foram convidados a ficar e aceitaram.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Seção:	Empresas
Autor:	Murillo Camarotto De Brasília
Título:	TCU vê jogo duplo em leilão da Cemig

Ao barrar as negociações para um "acordão" que enterraria definitivamente a relicitação de quatro usinas da Cemig, na última quarta-feira, o Tribunal de Contas da União (TCU) fez críticas à postura errática do governo, que estaria boicotando o leilão das hidrelétricas São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande ao mesmo tempo em que define as regras do certame.

A postura, na avaliação do TCU, pode ter um efeito negativo sobre os resultados esperados do negócio, especialmente sobre a cifra de pelo menos R\$ 11 bilhões que o governo espera arrecadar com o leilão. O dinheiro promete ajudar a equilibrar as contas públicas.

"A atuação do governo corrobora para, se o leilão ocorrer, esvaziá-lo, quiçá conduzindo-o ao fracasso. De outra sorte, ainda que o esvaziamento não se concretize, a condução de negociação simultânea ao procedimento licitatório reduz a atratividade do negócio, com impacto negativo no possível ágio sobre o bônus de outorga do leilão", diz o relatório do tribunal.

Os auditores do TCU estranharam o fato de o governo não ter recorrido imediatamente da liminar proferida em 18 de agosto pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região determinando a suspensão do leilão das usinas. "Tal ausência sinalizava provável desistência do **MME (Ministério de Minas e Energia)** em realizar o leilão e mudança de postura governamental", alegam os auditores no relatório.

O entendimento é de que o jogo duplo do governo tem efeitos negativos sobre as concessões futuras. "A conduta de negociação simultânea ao processo licitatório já aberto traz consequências indesejáveis para todo o setor elétrico e pode se constituir em precedente negativo para futuros processos de desestatização dos demais setores de infraestrutura, na medida em que aumenta a insegurança jurídica e traz imprevisibilidade às licitações de concessões do governo federal", argumenta o tribunal.

O MME e, principalmente, a equipe econômica já manifestaram preferência pela relicitação das usinas, mas enfrentam grande resistência política. Adversários em Minas Gerais, o governador Fernando Pimentel (PT) e o senador Aécio Neves (PSDB) se uniram em defesa de uma saída negociada. O vice-presidente da Câmara, Fábio Ramalho (PMDB-MG), também engrossa o coro pró-Cemig.

A alternativa ao leilão - marcado para o próximo dia 27 - é a aquisição, pela própria Cemig, de três das quatro usinas. As negociações para essa solução já estavam em andamento, no âmbito da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal da Advocacia Geral da União (AGU).

A Cemig, entretanto, enfrenta problemas de caixa e não teria todo o dinheiro disponível para a transação. Dependeria de um financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), operação que o TCU não vê com bons olhos.

"Tal situação pode ensejar também a necessidade de acompanhamento por parte do TCU sobre a legalidade de pretensa operação financeira que utiliza recursos de um banco público de fomento para adquirir ativos públicos e, ao mesmo tempo, fazer retornar tais recursos aos cofres da União para cobrir meta de déficit fiscal", diz o relatório. Tradicionalmente, o BNDES não financia outorgas.

O tribunal abriu prazo de 15 dias para a AGU explicar, com fundamentos técnicos e jurídicos, os motivos pelos quais estava negociando um acordo com a Cemig paralelamente à organização do leilão das quatro usinas da estatal.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Furnas atrasa plano e inviabiliza novos parques geradores no CE

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) está sendo pressionada para que Furnas, subsidiária da Eletrobras, libere a outras empresas do setor o acesso à rede de transmissão de energia em Russas, no Ceará. O município cearense, localizado a cerca de 150 quilômetros de Fortaleza, reúne forte potencial de geração elétrica por fontes eólica e solar. A estatal é responsável pelo parque eólico que, por problemas de atraso na linha de transmissão e dificuldade na aquisição de equipamentos, teve o início da geração adiado de 2016 para 2019.

A empresa cearense FG Soluções em Energias apresentou queixa contra Furnas na sede da autarquia esta semana, depois de descobrir que a estatal está solicitando uma nova postergação de prazo que jogaria o início da operação para dezembro de 2020. Enquanto o Aneel acolhe os pedidos sucessivos de adiamento do cronograma, Furnas impede outros grupos, com interesse em instalar novos projetos de geração no local, de competir no Leilão de Energia Nova A-4 de 18 de dezembro, por falta de capacidade de transmissão.

O CEO da FG, Fernando Pessoa, disse que tem mantido conversas com investidores espanhóis e chineses que aceitaram participar do leilão após estudar o potencial de geração de energia solar da região. "A Aneel precisa reconhecer que Furnas já perdeu a credibilidade em propor ajustes no cronograma. O que vai garantir que, desta vez, que ela cumprirá o prazo? Enquanto isso, a chegada de novos investimentos fica paralisada", afirmou. O

executivo alega que, na prática, a agência estaria criando uma "reserva de mercado" em favor do da subsidiária da Eletrobras.

Segundo dados do processo em tramitação na Aneel, Furnas planeja instalar cinco torres de geração eólica no Complexo Fortim, com capacidade instalada de aproximadamente 120 megawatts (MW). Pessoa informou que pretende disputar o leilão com a oferta de 140 MW de potência, com possibilidade de expandir em mais 300 MW posteriormente.

O CEO da FG defende que a equipe de fiscalização da Aneel indique em seus relatórios que os empreendimentos de Furnas estão "sem previsão". Isto liberaria a "margem de capacidade de escoamento de energia" na subestação de transmissão Russas II, mantida pela Chesf, para outros empreendedores com interesse de instalar novas usinas na cidade depois de contratação feita nos leilões. Se isso ocorresse, Furnas perderia a preferência no uso da rede e apenas voltaria a se conectar à subestação após a implantação de reforços na transmissão.

A empresa cearense começou a estudar os projetos de energia solar para o Ceará quando a margem de escoamento da rede de transmissão era capaz de acomodar tanto os projetos de Furnas como de outros grupos com potência até superior. Mas, em 2015, houve um revés no planejamento do setor elétrico quando a Abengoa, em dificuldade financeira, suspendeu as obras de novas instalações nas redes que aumentaria a capacidade da subestação Russas II. Além disso, a estatal também enfrentou problemas com o fabricante de turbinas eólicas, a argentina Impsa, que também foi atingida pela crise financeira.

Pessoa ressalta que, desta vez, Furnas não apresentou justificativa plausível para requerer novo adiamento. Ele espera que o pleito contrário à estatal seja analisado a tempo de mudar a margem de escoamento da energia que será considerada no processo de habilitação de projetos para o Leilão A-4, o que é feito pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Apesar de enviar a queixa à Aneel somente na terça-feira, a FG tinha a expectativa de que o assunto começasse a ser tratado pelas autoridades do setor no dia seguinte, na reunião do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: Vale cria mecanismo para se proteger de risco de oferta hostil

A transformação da Vale em uma empresa sem controle acionário definido levanta a possibilidade de a mineradora, eventualmente, tornar-se alvo de oferta hostil por parte de investidor ou concorrente estrangeiro, avaliam advogados especializados em direito societário. Para se proteger de uma eventual tomada hostil do controle, a mineradora "seguiu o manual", disse um advogado, à semelhança de outras companhias com capital pulverizado na bolsa, e introduziu no estatuto social o dispositivo conhecido como pílula de veneno ou "poison pill".

O mecanismo não evita que alguém venha a fazer oferta pela mineradora em algum momento à frente, mas mitiga o risco de um "take over", disse fonte próxima dos controladores da Vale. O estatuto da empresa passou a prever que qualquer pessoa, acionista ou grupo de acionista, que adquira participação igual ou superior a 25% das ações ordinárias da companhia terá que fazer uma oferta pública (OPA) para compra da totalidade dos papéis da empresa.

Quarta-feira a Vale encerrou o dia com um valor de mercado de R\$ 189 bilhões (US\$ 60,7 bilhões). Em uma eventual OPA, o montante a ser pago pelo comprador seria ainda maior. O artigo 51 do estatuto social da mineradora prevê parâmetros sobre como deve se dar essa oferta pública de ações.

O preço mínimo de aquisição na OPA de cada ação ordinária deve ser igual ao maior valor entre as seguintes opções: a) o valor econômico apurado em laudo de avaliação (fluxo de caixa descontado); b) 120% da cotação unitária média das ações ordinárias nos 60 pregões anteriores à oferta; e c) 120% do maior preço pago pelo acionista nos 12 meses que antecederam ao atingimento da participação acionária relevante (25% das ONS).

O estatuto social da companhia passou por alterações, sendo uma delas justamente a inclusão da "poison pill"

O estatuto social da companhia passou por alterações, sendo uma delas justamente a inclusão da "poison pill", para se adequar às regras do Novo Mercado da B3, segmento ao qual a Vale poderá aderir ainda neste ano. Essa migração depende, porém, da conversão de ações preferenciais remanescentes em ordinárias da empresa, o que será decidido em duas assembleias de acionistas em 18 de outubro. Na ocasião, haverá eleição para dois integrantes independentes para o conselho de administração.

Na transição rumo ao Novo Mercado da B3, a Vale deixou de ter controle acionário definido, mas ainda tem um controle de fato. Esse controle é exercido pelos antigos acionistas da holding Valepar - extinta mês passado - por acordo válido até novembro de 2020, que vincula 20% das ações ordinárias da

companhia. Fazem parte desse grupo fundos de pensão estatais liderados pela Previ, Bradespar, BNDESPar e Mitsui.

O artigo 51 do estatuto da Vale prevê uma exceção para os sócios da antiga Valepar, até 9 de novembro de 2020, no que se refere ao mecanismo da pílula de veneno. Nessa data vence o novo acordo de acionistas da mineradora, assinado em agosto e que vincula 20% das ações ordinárias detidas por eles. Essa exceção foi uma forma de evitar que esses acionistas tivessem que fazer eles próprios uma oferta pública para compra da totalidade das ações da empresa. Isso porque, juntos, eles ainda detêm 44,3% das ações ordinárias da Vale.

Não fica claro, no momento, se os controladores de Vale terão mais ou menos do que 25% das ações da companhia em 2020, mas o que se sabe é que o novo acordo que os reúne deixará de existir daqui a três anos. Das ações ordinárias detidas pelos controladores, 20% estão vinculadas ao novo acordo de acionistas e 24,3% ficarão disponíveis para venda em seis meses a contar da assinatura desse acordo. Significa que, a partir de fevereiro de 2018, essas ações estarão livres para venda.

Em recente entrevista ao **Valor**, os controladores da Vale disseram que eventual saída dos sócios do capital será feita de forma coordenada, para não prejudicar o valor da empresa, como afirmou Eliane Lustosa, diretora da BNDESPar, o braço de participações do BNDES. Todo o processo de preparação para que a Vale se transforme em empresa sem controle definido foi feito com base nas melhores práticas de governança, disse Eliane: "A ideia é que tudo que foi montado vai gerar valor [na empresa]."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Juliana Schincariol | Do Rio

Título: Petrobras quer fazer IPO da BR até o fim do ano

A Petrobras pretende fazer o IPO (sigla em inglês para oferta pública inicial de ações) da BR Distribuidora até dezembro, caso o mercado esteja favorável. Segundo o presidente do conselho de administração da companhia, Nelson Carvalho, porém, a realização da operação no prazo previsto depende de fatores externos, como questões regulatórias, entre outras.

"Estamos trabalhando para colocar tudo até dezembro", disse o executivo, durante a cerimônia de posse do novo presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Marcelo Barbosa, na última quarta-feira, no Rio. "Se o mercado estiver favorável", completou.

Sobre a reestruturação societária e o novo estatuto social da BR, aprovados na última semana e que aumentam o poder dos acionistas minoritários na empresa, Barbosa explicou que as medidas estão em linha com a estratégia da Petrobras de vender uma parte da distribuidora de combustíveis.

Entre as novas regras da BR, estão a destinação de pelo menos três das dez vagas do conselho para representantes de acionistas minoritários e a adesão da empresa ao Novo Mercado, segmento máximo de governança da B3, com a emissão apenas de ações ON.

A expectativa do comando da Petrobras é ofertar uma participação entre 25% e 40% do capital da BR no IPO. A distribuidora de combustíveis é o principal ativo do plano de desinvestimentos da estatal, cuja meta é levantar US\$ 21 bilhões até o fim de 2018.

Com relação à venda de ativos, a Petrobras já divulgou ao mercado alertas de venda ("teasers") de 14 ativos. O último foi o da venda de 90% da participação que possui na subsidiária Transportadora Associada de Gás (TAG).

Inicialmente, a avaliação do conselho da estatal era de que a nova sistemática de desinvestimentos iria afetar o valor de venda dos ativos, já que poderia afastar potenciais compradores, que, em geral, preferem negociar acordos de confidencialidade. Hoje, porém, o entendimento é que o processo pode ampliar o valor das vendas, devido à abertura para um maior número de interessados, com a divulgação dos teasers.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner e Raymundo Costa | De Brasília

Título: É preciso ter uma estatal de aeroportos

A operação de aeroportos deficitários exige manter a Infraero como empresa pública, afirma o ministro da Secretaria-Geral, Moreira Franco. Para garantir sua sustentabilidade, ele garante que a estatal ficará com os recursos provenientes da venda de participação acionária de 49% nos terminais concedidos à iniciativa privada pelo governo anterior.

À frente do pacote de ativos recém-anunciado, o ministro defendeu a privatização da Eletrobras e disse que a Casa da Moeda enfrenta um problema estrutural: o uso cada vez mais diminuto de cédulas de dinheiro para fazer pagamentos. Segundo ele, os Correios padecem do mesmo dilema, mas não havia estudos suficientemente apurados para incluir a companhia postal no "pacotão".

Moreira procurou ainda tranquilizar as concessionárias de rodovias leiloadas entre 2013 e 2014 que esperam a publicação de medida provisória para renegociar prazos de duplicação - o prazo original, de cinco anos, mostrou-se inviável. Leia os principais trechos da entrevista:

Valor: *Um pacote tão ambicioso de privatizações não é exagero para o tempo que resta de governo?*

Wellington Moreira Franco: Temos a convicção de que esse é o único caminho. O fato de ser final de mandato não nos desobriga da responsabilidade que expressamos antecipadamente no programa "Ponte para o Futuro". Até o último dia de governo temos obrigações idênticas às do primeiro. Não se está discutindo um ativo específico, mas o conceito. Trata-se de um debate antigo e que vem evoluindo de governo a governo. A primeira medida provisória assinada pelo presidente Temer [criando o Programa de Parcerias de Investimentos] decorre da constatação de que não havia, como nas administrações anteriores, a hipótese de trabalharmos com a alternativa das parcerias público-privadas. Recebemos uma situação fiscal que nos impede de pensar em investimentos estatais. Existe espaço agora para apenas um P, de privado. Isso nos leva inexoravelmente às privatizações e às concessões.

Valor: *Um dos problemas é que há grande concentração dos leilões anunciados entre julho e setembro de 2018, às vésperas das eleições presidenciais, e o ambiente político pode contaminar os certames.*

Moreira: O cronograma tem sido cumprido para todos os ativos anunciados até agora. Não se pode romper a ordem natural das coisas. Você está querendo inibir o mandato de um presidente por suposições de natureza ideológica ou política. O programa foi exaustivamente debatido antes mesmo de o presidente Temer ter se tornado presidente. É um fato único. Não estamos inventando nada. Estamos cumprindo rigorosamente o que está no "Ponte para o Futuro". É a única alternativa para tirar a economia brasileira de uma crise monumental. O caminho que estamos percorrendo é correto e vai garantir qualidade na prestação de serviços, preços e melhorias logísticas.

Valor: *A inclusão de Congonhas sugeriu um viés arrecadatário no último pacote e coloca em risco de insustentabilidade financeira a Infraero. Por que concedê-lo?*

Moreira: Congonhas é uma discussão nova. Desde os meus tempos de Secretaria de Aviação Civil [foi ministro do governo Dilma] as pessoas me perguntavam quando haveria o leilão de Congonhas. A motivação não é fiscal. Sua inclusão ocorre pela necessidade de reorganizar o sistema aeroportuário,

dando eficiência, qualidade e custos operacionais mais baixos, replicando a experiência que já foi constatada nos aeroportos internacionais.

Valor: *Mas o aeroporto de Congonhas é, de longe, o ativo mais rentável da Infraero. Como ela fará para continuar operando o restante da rede? Como vai ter dinheiro para bancar a operação de Teresina, Campo Grande ou Foz do Iguaçu?*

Moreira: Nós temos uma estratégia. Vamos acabar com a participação de 49% da Infraero em vários aeroportos privados. Essa participação exigiu transferências do Tesouro porque ela própria não tinha dinheiro para isso. Com a venda dos 49%, a Infraero ficará com um volume de recursos suficiente para continuar com suas operações. Mas é fundamental promover mudanças internas grandes. Suas dificuldades financeiras não vêm de agora.

Valor: *A Infraero também pode ser privatizada? Ter uma abertura de capital, por exemplo, em que a União ficaria como minoritária?*

Moreira: Essa discussão está sendo conduzida pelo Ministério dos Transportes.

Valor: *Qual é a sua opinião?*

Moreira: É preciso ter uma empresa pública para cuidar dos aeroportos que não são rentáveis. Privatizando a Infraero, perderíamos isso. Há um conjunto de aeroportos - e no Brasil, por sua extensão territorial, esse conjunto não é pequeno - deficitários. Mas eles são fundamentais para a segurança, conforto, bem-estar, mobilidade da população. Para cuidar de aeroportos na Amazônia Legal, onde quase a totalidade gera prejuízo, você precisa de uma empresa pública. As distâncias lá se medem por dias de barco ou horas de voo. A Amazônia precisa ter aeroportos funcionando. Mas o custo da operação precisa ser declarado explicitamente. Temos que exercitar a verdade fiscal no Brasil. Subsídio não pode ser uma ferramenta sem origem. Tem que constar do orçamento explicitamente. Não com a nebulosidade em que vivemos até agora.

Valor: *A privatização da Eletrobras tem despertado reações contrárias de parte da base aliada no Congresso e de governadores do Nordeste. Não será difícil avançar nesse processo, não apenas com a Eletrobras, mas também com estatais como a Casa da Moeda?*

Moreira: As experiências da Embraer e da Telebras foram extremamente positivas. Não tenho dúvidas de que vamos repetir a experiência. O setor elétrico tem deficiências evidentes, sistematicamente entra em colapso. Com o crescimento da economia, a demanda por energia será grande e precisamos ter capacidade de abastecimento. É absurdo depender de térmicas para manter o sistema funcionando. Com relação à Casa da Moeda, há um problema

estrutural. O *core business* dela está em extinção. Ela produzia mais de três milhões de cédulas por ano. Agora produz um milhão e pouco. Não tem cabimento manter esse tipo de operação só por preconceito. O mesmo raciocínio se aplica aos Correios, mas não levamos adiante [a privatização] porque é necessário fazer mais estudos. Ninguém mais envia carta ou telegrama. A atividade postal está definhando, mas poderiam estar desempenhando muito bem a tarefa logística. O comércio eletrônico cresce. No entanto, a responsabilidade fez com que não colocássemos os Correios na lista porque não havia tempo hábil para um estudo mais apurado. Nos ativos que estamos oferecendo, os estudos foram bem estruturados. Conseguimos restabelecer previsibilidade e um calendário gregoriano.

Valor: *No caso da Eletrobras, a Aneel alerta para um aumento de até 16,7% nas contas de luz e o governo pode ficar sem instrumentos para tirar do papel projetos de grande porte, como Belo Monte...*

Moreira: E sabe qual foi o prejuízo ao erário por essa brincadeira? Quebraram a Eletrobras. Pergunte aos fundos de pensão que investiram nos projetos. Quanto à tarifa, eu acredito no **ministro Fernando Coelho** e não é isso o que ele diz [o **Ministério de Minas e Energia** prevê aumento das tarifas de, no máximo, 7%].

Valor: *O senhor tem indicações do apetite do mercado? Os leilões vão render ágio para o governo?*

Moreira: Todos os ativos oferecidos partem de experiências bem sucedidas, com ambiente regulatório saudável, nível de transparência altamente cuidadoso, ambiente concorrencial, uma nova modelagem de financiamento. Mas não tenho a menor vocação para Mãe Dinah. Se tiver [ágio], ótimo.

Valor: *Operadoras de rodovias concedidas no governo anterior reclamam da demora na publicação de uma medida provisória que permita maior prazo para obras de duplicação e reequilibre os contratos.*

Moreira: A MP está para sair. Nós nunca dissemos alguma coisa que não tenha ocorrido. Pode ter demorado mais ou demorado menos, mas estamos muito militantes em uma solução que atenda ao Tribunal de Contas da União (TCU), às regras de segurança jurídica e à viabilidade dos contratos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Claudia Safatle

Título: Uma janela para reformar a Previdência

Presidente mais impopular da história recente e o primeiro a ser denunciado por corrupção passiva em pleno exercício do cargo, Michel Temer comanda o governo que em um curto espaço de tempo mais aprovou reformas estruturais importantes para a economia. Após 17 meses no Palácio do Planalto, com os últimos cinco dedicados a se sustentar no poder, ele pode celebrar o fim da longa e profunda recessão, que começou em 2014, a inflação abaixo de 3% (de 2,46%) no acumulado de 12 meses e taxa de juros de um dígito - 8,25% ao ano conforme decisão do Copom - e em queda. Apesar do comitê apontar para moderação dos cortes nas próximas reuniões, no mercado há quem considere possível a Selic na casa dos 6% ao ano no primeiro trimestre de 2018.

"O país está a ponto de começar uma boa história", acredita um analista de um fundo estrangeiro com operações no Brasil.

O governo conseguiu desengavetar e aprovar a reforma trabalhista que tramitou por 20 anos no Congresso. Aos trancos e barrancos, em meio a turbulências políticas que por pouco não o apearam da Presidência da República, Temer lançou o programa de privatização da Eletrobras e criou a Taxa de Longo Prazo (TLP) em substituição à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que encerra o crédito fortemente subsidiado do BNDES.

Temer comanda o governo que mais reformas aprovou

Na terça-feira uma comissão mista aprovou a medida provisória 784 que amplia os poderes punitivos do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários sobre o sistema financeiro e cria a figura do acordo de leniência.

Foram sancionadas a PEC do teto para o gasto público, a lei da terceirização, a renegociação das dívidas dos Estados, a lei de Falência dos Estados, a lei de Responsabilidade das Estatais, além de aprovadas mudanças na política de conteúdo local para a indústria do petróleo. Está em audiência pública o novo marco legal para o setor elétrico. O programa de concessões é mais amigável ao mercado do que o anterior e o novo Fies (financiamento estudantil), antes sem controle, tem agora que caber no orçamento, dentre outras iniciativas como a reforma do ensino médio.

Faltou a PEC da Previdência. Mas essa, na visão de fontes do mercado, se não for aprovada agora será a primeira medida a ser enviada ao Congresso pelo presidente eleito em 2018.

"O mercado já desprecificou a Previdência", adiantou uma fonte da área financeira. Para chegar a essa constatação ele tomou os juros futuros de papéis prefixados "genéricos" (a cada dia uma data distinta de vencimento) de dois e de cinco anos. O "spread" entre os títulos de 2023 e 2019 chegou a 1,66 ponto

percentual, patamar bastante elevado. "Se o mercado contasse agora com a aprovação da PEC, a parte longa da curva de juros cairia", avaliou.

Henrique Meirelles, ministro da Fazenda, porém, não jogou a toalha e quer retomar as conversas com os parlamentares sobre a Previdência. A reviravolta no caso da delação dos irmãos Batista, da JBS, pode abrir uma janela para Temer aprovar pelo menos uma parte da proposta.

Quando assumiu o governo em 2016, Temer encontrou as contas públicas em frangalhos. Uma das primeiras medidas foi aumentar a meta de déficit primário do governo central de R\$ 96,6 bilhões para R\$ 170,5 bilhões em 2016, patamar visto como mais realista pela equipe econômica que chegava.

Infelizmente, e esse foi um erro, o governo não fez um inventário completo do legado da gestão anterior para prestar contas ao país. Errou, também, ao sancionar os aumentos de salários dos funcionários públicos prometidos por Dilma Rousseff. Subestimou a dimensão da crise fiscal e os efeitos da recessão sobre as receitas. Os reajustes salariais de 2018 serão postergados.

Herdava-se, ali, um país em recessão - que durou mais do que imaginava a nova equipe; o desemprego em ascensão; a Previdência fortemente deficitária e uma proposta de reforma pronta; a dívida pública em trajetória insustentável. O cenário era desolador.

Uma das medidas emergenciais, que reduziu o ritmo de expansão da dívida pública, foi a antecipação, pelo BNDES, do pagamento de R\$ 100 bilhões dos empréstimos que recebeu do Tesouro Nacional.

O documento "Ponte para o Futuro", divulgado pelo PMDB em 2015, traçou um roteiro do que viria se Dilma Rousseff fosse afastada da Presidência. Com mudanças aqui e ali, o "script" básico do documento vem sendo seguido. Ele, por exemplo, pregava a adoção do "orçamento zero", mas Temer optou pela instituição do teto do gasto.

O teto exige a reforma da Previdência, cujo déficit é explosivo. Aprovada na Comissão Especial da Câmara, a tramitação da emenda constitucional da Previdência foi paralisada pela delação dos irmãos Batista, da JBS, contra Temer, em maio.

A crise fiscal atingiu duramente os Estados e o governo concluiu uma renegociação das dívidas estaduais com a União. Em meados de julho o Senado aprovou o projeto que convalida os incentivos fiscais concedidos com base no ICMS. Com um prazo para o término dos incentivos, a lei quer colocar um fim na "guerra fiscal" entre os Estados.

Temer apoiou a proposta do senador José Serra (PSDB-SP), que desobrigou a Petrobras de participar com 30% de todos os blocos de exploração do pré-sal. Em resposta ao "escândalo da Petrobras" o Congresso aprovou lei mais rigorosa para a nomeação de diretores, membros do conselho de administração e presidentes em empresas estatais.

As reformas de Temer reduzem a interferência do Estado na produção e buscam um novo padrão de política fiscal. Ponte ou pinguela, provavelmente só um governo de transição se empenharia em um programa voltado para a economia de mercado e, em boa parte, antipático à maioria dos eleitores.

A "boa história" citada acima só terá um final realmente feliz, na visão de um grupo de analistas, se as reformas de agora resultarem em maior crescimento e oferta de emprego, premissas para eleger um presidente que dê sequência a essa agenda. O pesadelo do mercado é que da eleição de 2018 saia um governante populista.

MME / ASCOM .